

Textos para Discussão FEE N° 98

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Um retrato da agricultura familiar gaúcha

Marinês Zandavali Grando

Porto Alegre, dezembro de 2011



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Cecília Rutkoski Hoff

Informática: Luciano Zanuz

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Um retrato da agricultura familiar gaúcha

Marinês Zandavali Grando*

Economista, Técnica da FEE

Resumo

O Censo Agropecuário, que vem a ser a maior fonte de dados primários para análise da agricultura brasileira, foi editado pela primeira vez em 2006 com as estatísticas nacionais da agricultura familiar. Os critérios para identificar essa agricultura foram os mesmos adotados para defini-la no âmbito da programação das políticas públicas federais. Neste texto, enfocam-se as estatísticas relativas à agricultura familiar do Rio Grande do Sul, com o propósito de tomar conhecimento desses dados oficiais e de fazer algumas observações sobre o uso dos dados organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como referência em estudos sobre a atuação das políticas públicas destinadas aos agricultores familiares e sobre seus efeitos no contexto socioeconômico sul-rio-grandense.

Palavras-chave

Agricultura familiar; políticas públicas; Rio Grande do Sul.

Classificação JEL: P25; Q18.

Abstract

The Farming Census of 2006 from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) which, for first time, has singled out the family-run farms in Brazil. In this paper the focus is placed on the statistics regarding family-run farms in the state of Rio Grande do Sul with the view of identifying the relevant information this official data base provides, as well as to make remarks relative to the use of the IBGE data in studies both of public policies for this segment and of how the latter affect social and economic development in the state.

* A autora agradece a Alfredo Meneghetti Neto, Gabriele dos Anjos, Isabel N. J. Ruckert, Maria Mercedes Rabelo, Marli M. Mertz, Túlio A. A. Carvalho e Walter A. Pichler os comentários feitos ao texto. Agradece, especialmente, a Liderau dos Santos Marques Junior e a Luiz Roberto P. Targa as sugestões recebidas e, também, a Ilaine Zimmermann a valiosa colaboração na apresentação dos dados estatísticos.

Introdução

Em 2006, pela primeira vez, foi possível obter um retrato abrangente da agricultura familiar brasileira e sul-rio-grandense. Assim, esse ano será lembrado, do ponto de vista da história das estatísticas agropecuárias, como aquele em que esse tipo específico de agricultura passou a contar com estatísticas oficiais. Essa ação tem sido saudada por colocar esses agricultores em evidência e por permitir o reconhecimento do quanto contribuem para a sociedade na produção de riquezas, de alimentos e na ocupação de mão de obra. No entanto, vale ressaltar que existem discordâncias de parte de alguns cientistas sociais a respeito do procedimento metodológico de classificação da agricultura familiar adotado pelo IBGE. Ver, por exemplo, Navarro (2010), que questiona a noção de agricultura familiar oficialmente adotada para a agregação dos dados, considerada por ele inadequada e simplificadora¹.

O IBGE disponibiliza os dados para a análise da agricultura brasileira desde 1920, ano do primeiro Censo Agropecuário no Brasil, segundo Florido em **Breve Histórico dos Censos Agropecuários** (s. d.). Nesse texto, o autor informa que, excetuado o ano de 1930, em que questões de “ordem política e institucional” (Revolução de 1930) impediram o levantamento censitário, de 1940 até 1970, os dados foram disponibilizados de 10 em 10 anos e, a partir de então, passaram a ser quinquenais (1975, 1980 e 1985). Em 1990, novamente deixou de ser feito (por questões orçamentárias) e voltou a ser realizado nos anos 1995/1996.

Não obstante a forte e continuada presença no cenário nacional, a agricultura familiar não comparecia nas estatísticas divulgadas pelo IBGE. Adquiriu notoriedade estatística na última edição do Censo Agropecuário, norteados pela lei que define o que é agricultura familiar para fins de formulação das políticas públicas para essa categoria de produtores rurais (Lei Federal nº 11.326, de julho de 2006). A identificação estatística, realizada pelo IBGE e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultou da adequação das informações levantadas para o Censo Agropecuário de 2006 aos conceitos propostos na citada lei.

Durante décadas, observaram-se esforços para caracterizar e definir a agricultura familiar brasileira. O debate desenvolvido em torno dessa questão envolveu tanto os estudiosos do mundo rural quanto as entidades representativas dos agricultores e, por último, os próprios técnicos responsáveis pela elaboração das políticas para o setor rural (ver Guanzioli; Cardim, 2000). Esse debate lançou luzes sobre o caráter da definição oficialmente adotada para a agricultura familiar. De acordo com a lei federal acima mencionada, é considerado agricultor familiar aquele que exerce atividades no meio rural, em uma superfície que não ultrapasse quatro módulos fiscais², com uso predominante de mão de obra familiar e tendo como fonte principal de renda a atividade agrícola. Cabe destacar que a caracterização

¹ Em sua opinião, a noção institucional de agricultura familiar, largamente aceita no meio acadêmico, carece de aprofundamento por razões teóricas, por não ter caráter científico e por razões práticas e políticas, pois a ação governamental destinada ao segmento da agricultura definido por lei como familiar se depara com inconsistências ao não considerar as diferenças sociais presentes no meio rural brasileiro.

² Unidade de medida agrária expressa em hectares, fixada para cada município, segundo os fatores determinados na Lei nº 6746 de 1979; no Rio Grande do Sul, quatro módulos fiscais podem atingir até 160 hectares.

contida na Lei que define a agricultura familiar no Brasil refere-se a “[...] estabelecer os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação de políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, abrangendo tipos diferenciados de sistemas produtivos, de níveis de integração ao mercado, de renda, etc. Portanto, notáveis diferenças existentes entre as explorações agrícolas familiares não foram contempladas na definição institucional adotada, perdendo-se, assim, dimensões importantes para a análise.

No Rio Grande do Sul, os agricultores tidos como “pequenos” foram objeto de grande número de estudos em decorrência da atuação destacada que tiveram na formação econômica estadual, fortemente vinculada à política que deu origem às “colônias”, onde os estabelecimentos dos “colonos” eram de dimensões muito variadas, não ultrapassando, porém, 80 hectares. Tais trabalhos analíticos dedicados ao tema, geralmente, fundamentam-se em dados relativamente restritos, como, por exemplo, os que se encontram nos inúmeros estudos de casos, realizados no âmbito acadêmico, baseados em amostragens.

Vale registrar que, na década de 90, foi realizado um trabalho de identificação da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, com base em dados oficiais do IBGE³. O estudo patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário tem por título **Agricultura Familiar na Economia — Brasil e Rio Grande do Sul, 1995 a 2003** (2005). A partir de uma metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio, os estabelecimentos agrícolas definidos como familiares foram dimensionados e avaliados sob o enfoque do agronegócio familiar. No caso do Rio Grande do Sul, os autores salientaram a extrema importância da agricultura familiar “não só para economia do agronegócio, mas para a própria economia do Estado”, caracterizada como “bastante associada à produção rural” (p. 22) e chamaram a atenção para o fato de o conjunto do agronegócio figurar aqui com uma importância relativa maior que no cenário nacional. Ademais, comparando a participação do agronegócio familiar e a do patronal no PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul, os autores concluíram que a contribuição do segmento definido como familiar também era relativamente muito maior do que a do patronal para a economia do Estado. Segundo os dados da pesquisa, o peso do agronegócio familiar no agronegócio total do Estado em 2003 girava em torno de 55%, enquanto na economia nacional essa participação aproximava-se de 33%.

No texto que segue, analisam-se as estatísticas da agricultura familiar do Rio Grande do Sul para o ano de 2006, segundo os critérios adotados pelas duas instituições envolvidas na organização dos dados. Tem-se como propósito, em primeiro lugar, tomar conhecimento da inédita identificação socioeconômica atestada pelo IBGE dessa categoria de produtores agrícolas para o Estado; e, em segundo lugar, considerar as possibilidades que essa base estatística oferece para servir de parâmetro em estudos sobre os efeitos das ações públicas, seja na dinâmica dos próprios agricultores, seja na dinâmica da economia estadual.

Convém informar que o IBGE apresenta os dados estatísticos em dois agrupamentos: a “agricultura familiar” e os outros modelos produtivos denominados de “agricultura não

³ Informações levantadas pelo IBGE divulgadas nas publicações: **Censo Agropecuário de 1995/96, Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, Pesquisas Trimestrais do Leite e do Abate.**

familiar”. Os dados disponibilizados encontram-se na publicação **Agricultura Familiar, Primeiros Resultados** (IBGE, 2009), onde está detalhado o procedimento metodológico utilizado para a classificação de agricultura familiar e de agricultura não familiar⁴. Trata-se de um conjunto de 12 variáveis relativas ao Brasil, às grandes regiões e às unidades da Federação.

Resta dizer: neste texto, considera-se que uma melhor distribuição de terras se constitui em um meio de luta contra a pobreza. A democratização da propriedade e do acesso à terra melhora as condições de vida dos agricultores marginalizados, cria ocupação da mão de obra e fixa homens e mulheres nas atividades rurais, evitando o desemprego na cidade, contribui para a diversificação das culturas, para a geração de renda e para um desenvolvimento regional mais equilibrado.

1 O que dizem os dados

1.1 Rio Grande do Sul no contexto nacional

No Brasil, o número dos estabelecimentos familiares representou 84,4% da totalidade dos estabelecimentos agrícolas (de acordo com Tabela A.1 do **Apêndice**), ocupando, porém, menos de 25% do total da área destinada à agricultura (ou mais precisamente 24,3%). Agricultores familiares espalham-se por todo território brasileiro, e os dados censitários mostram que, em se tratando do número de estabelecimentos familiares, o Rio Grande do Sul se encontrava na terceira posição nacional em 2006. O Estado da Bahia liderava, com 15,2%, seguido por Minas Gerais, com 10,0%, e, em seguida, situava-se o Rio Grande do Sul, com 8,7% do total dos estabelecimentos familiares brasileiros, então na casa de 4,3 milhões de unidades. Na Região Nordeste, destacavam-se, ainda, Ceará e Pernambuco, com 7,8% e 6,3% desse total respectivamente. Já, na Região Sul, depois do Rio Grande do Sul, situava-se o Paraná, com 6,9%. Registra-se que, abaixo desse percentual, figuravam, também com expressividade, Maranhão, Piauí, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Paraíba e Alagoas em números absolutos situados entre 111.000 (Alagoas) e 262.000 unidades (Maranhão).

Nos 13 estados acima destacados como os de maior incidência de estabelecimentos familiares, quando se analisa a relação do número desses estabelecimentos com a área que ocupavam, nota-se que Pernambuco estava na melhor posição, com 47,2% da superfície agrícola em posse de agricultores familiares, e São Paulo, com 15%, estava na pior posição. Nesse conjunto de Estados, a área média dos estabelecimentos familiares variou de 6,1ha (Alagoas) a 35,2ha (Pará).

O Rio Grande do Sul detinha uma distribuição fundiária similar à que se apresentava para o Brasil, mas com pequena vantagem relativa no que concerne à distribuição da posse da

⁴ Nessa publicação, encontra-se o detalhamento das condições requeridas para a classificação da agricultura familiar.

terra em favor da agricultura familiar. Essa representou 85,7% do número total dos estabelecimentos e ocupou 30,5% da área agrícola estadual. Ou seja, no que concerne ao número de estabelecimentos, o Rio Grande do Sul superou a situação brasileira em 1,3%, dispondo de uma distribuição de terras relativamente melhor, na ordem de 6,2%.

A seguir, são apresentados os dados do IBGE restritos à agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

1.2 A ocupação do solo e a produção de alimentos

Foram identificados, no Estado, 378.546 estabelecimentos familiares em 2006, conforme a Tabela A.1 do **Apêndice**. Eles ocupavam 6,172 milhões de hectares, distribuídos na proporção de 39,8% em lavouras temporárias e 3,5% em lavouras permanentes. As pastagens naturais representavam 27,6% da área ocupada, e as matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, 5,0%, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1

Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	ÁREA (ha)		AGRICULTURA FAMILIAR (Lei 11.326) (%)	
	Total	Agricultura Familiar (Lei 11.326)	Participação na Área Total do RS	Participação, por Tipo de Utilização das Terras, na Área Total da Agricultura Familiar do RS
TOTAL	20 199 489	6 171 622	30,6	100,0
Lavouras				
Permanentes	294 187	215 227	73,2	3,5
Temporárias	6 347 494	2 459 011	38,7	39,8
Área plantada com forrageiras para corte	260 793	79 243	30,4	1,3
Área para cultivo de flores (1)	3 108	1 653	53,2	0,0
Pastagens				
Naturais	8 252 504	1 700 992	20,6	27,6
Plantadas, degradadas	95 378	26 400	27,7	0,4
Plantadas, em boas condições	858 782	190 454	22,2	3,1
Matas e/ou florestas				
Naturais, de preservação permanente ou reserva legal	878 908	305 940	34,8	5,0
Naturais, exceto de preservação permanente e em sistemas agroflorestais	1 181 029	526 898	44,6	8,5
Plantadas com essências florestais	778 524	196 276	25,2	3,2
Sistemas agroflorestais				
Área cultivada com espécies florestais (2)	209 397	75 210	35,9	1,2
Tanques, lagos açudes e/ou área para águas públicas para exploração da aquicultura	197 511	37 943	19,2	0,6
Construções, benfeitorias ou caminhos	401 327	201 935	50,3	3,3
Terras degradadas (3)	27 583	9 981	36,2	0,2
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (4)	416 211	147 307	35,4	2,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação. (2) Também usada para lavouras e pastejo de animais. (3) Erodidas, desertificadas, salinizadas, etc. (4) Pântanos, areais, pedreiras, etc.

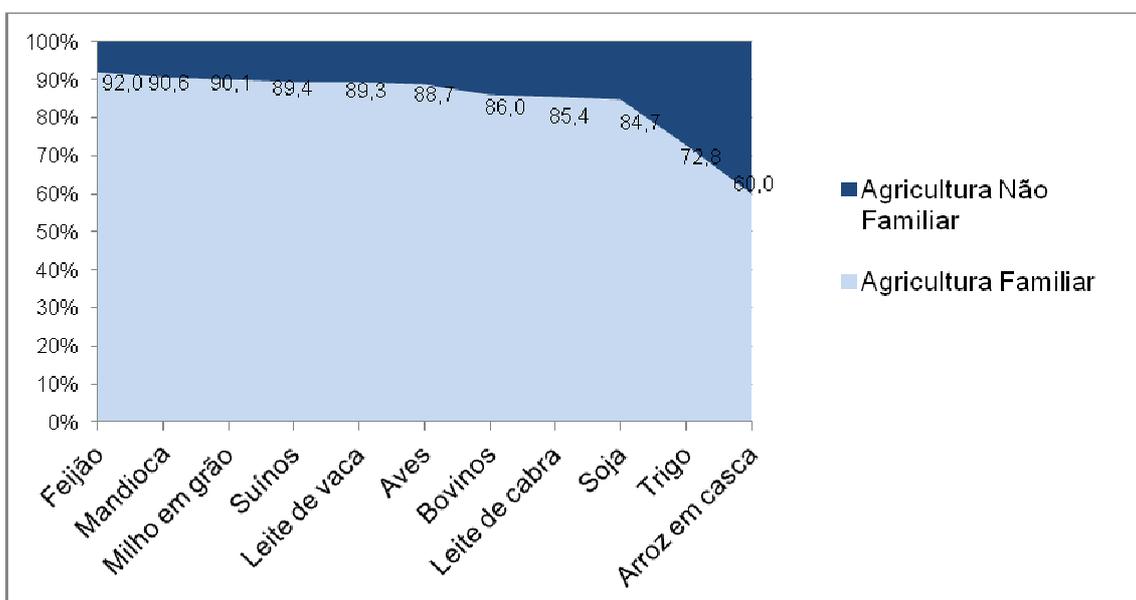
Segundo essa classificação de uso da terra, a participação da agricultura familiar na superfície estadual da lavoura temporária foi de 38,7% e, na superfície estadual da lavoura permanente, de 73,2%. A participação na área estadual de pastagem natural foi de 20,6%, e de 27,7% e 22,2% em pastagens plantadas degradadas e em pastagens plantadas em boas condições respectivamente. Destaca-se, também, a participação que variou de 25,2% a 44,6% em relação às matas e/ou florestas estaduais.

Os dados disponibilizados pelo IBGE sobre a produção vegetal da agricultura familiar restringiram-se a seis culturas. Não abrangeram cultivos comumente encontrados nos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Sul, como é, por exemplo, o caso da importante produção gaúcha de fumo e outras, tais como frutas, hortaliças, flores, etc.

Sobre o número de estabelecimentos envolvidos nas culturas informadas, os dados dão conta de que, no Rio Grande do Sul, em três delas (feijão, mandioca e milho), houve a predominância quase absoluta dos estabelecimentos familiares, em proporções superiores a 90%. Nas outras três (soja, trigo e arroz), nas quais tradicionalmente a agricultura empresarial prevalece em volume de produção, também foi notavelmente elevada a participação dos estabelecimentos familiares no total dos estabelecimentos produtores, ou seja: 84,7% do total dos estabelecimentos produtores de soja; 72,8% dos de trigo; e 60% dos de arroz. Esses dados encontram-se representados no Gráfico 1.

Gráfico 1

Porcentagens de estabelecimentos da agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas, no Rio Grande do Sul — 2006



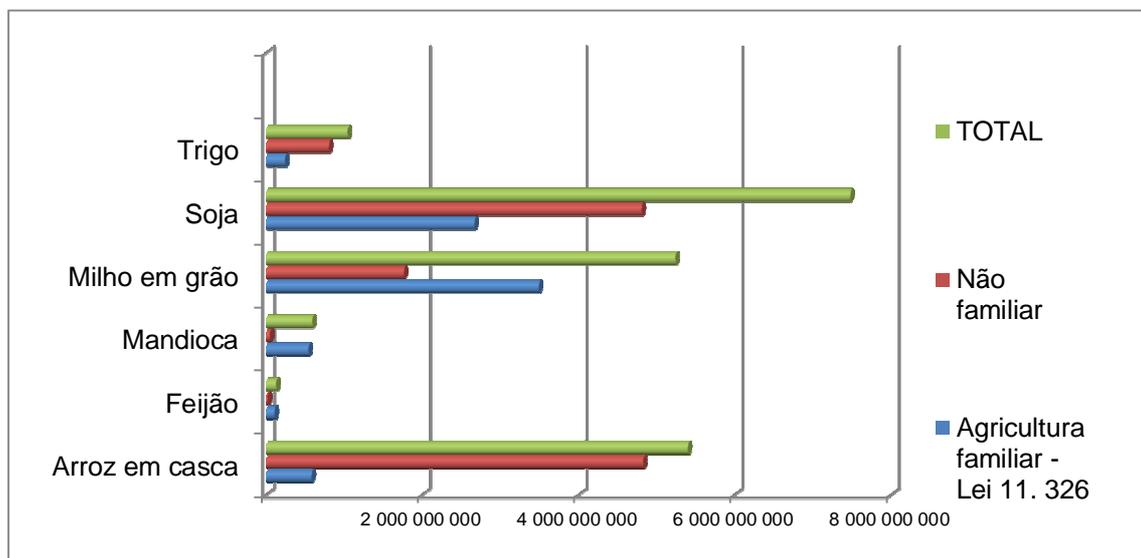
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quanto à participação no volume produzido, coube à agricultura familiar 10,7% da produção estadual de arroz, 84,2% da produção de feijão, 66,5% da produção de milho, 35,7% da produção de soja e 23,1% da produção de trigo (Tabela A.2 do **Apêndice**). Em poucas

palavras, a produção estadual desses grãos, no ano de 2006, ficou na casa das 19 milhões de toneladas, sendo sete milhões de toneladas oriundas da agricultura familiar.

Gráfico 2

Produção vegetal da agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas, no Rio Grande do Sul — 2006



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

É conveniente observar que a comparação com a agricultura não familiar indica produtividades da terra relativamente inferiores para a agricultura familiar, como pode ser constatado na produção dos quatro principais grãos do Estado. A produtividade alcançada no arroz pelos agricultores familiares foi de 5,8 mil kg/ha *versus* 6,3 mil kg/ha daquela alcançada pelos demais agricultores, e assim sucessivamente: milho, 3,8 mil kg/ha *versus* 4,8mil kg/ha; soja, 2,1mil kg/ha *versus* 2,2 mil kg/ha; e trigo, 1,4 mil kg/ha *versus* 1,7mil kg/ha. Nota-se que a desvantagem, em relação aos outros agricultores, é menor na produtividade da soja cultivada pelos agricultores familiares (Tabela 2).

Tabela 2

Produtividade da terra, segundo as variáveis selecionadas, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

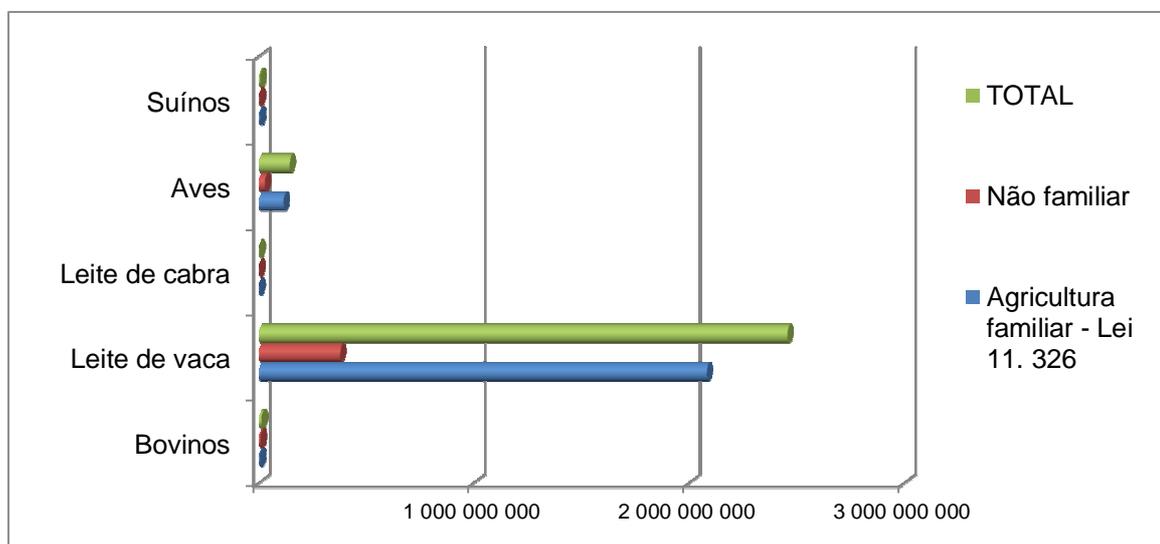
PRODUTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA/ÁREA COLHIDA (1 000 kg/ha)	
	Agricultura Familiar (Lei 11.326)	Agricultura Não Familiar
Arroz em casca	5,8	6,3
Feijão (preto/de cor/fradinho)	0,4	0,8
Milho em grão	3,8	4,8
Soja	2,1	2,2
Trigo	1,4	1,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O levantamento estatístico da pecuária compreende a criação de bovinos, aves, suínos e a produção de leite. Em todas essas atividades, observou-se alta incidência de estabelecimentos familiares, como figura no Gráfico 1. Na pecuária de corte, 86,0% do número dos estabelecimentos envolvidos eram familiares, mas, com a minoritária participação de 36,3% no rebanho bovino gaúcho, que, na ocasião, se compunha de 11,2 milhões de cabeças. Já, nas demais criações, a agricultura familiar vai além de figurar como predominante em número de estabelecimentos. Na produção leiteira, quase 90% dos estabelecimentos produtores eram familiares, com participação de 84,7% nos 2,4 milhões de litros do leite de vaca produzidos no ano de 2006 (foram disponibilizados, também, dados sobre a produção de leite de cabra, por volta de 600 mil litros, dos quais pouco mais da metade provinha da agricultura familiar). Na criação de aves, 88,7% dos estabelecimentos produtores eram familiares, e esses detinham 80,2% do plantel do Estado, que estava na ordem de 141,5 milhões de cabeças. Quanto aos ovos de galinha, no entanto, a maior produção foi a dos agricultores não familiares (com 73,3% da produção). E, finalmente, na criação de suínos, foi de 89,4% a presença da agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos voltados para essa atividade, possuidores de 70,3% do plantel estadual, constituído por 5,6 milhões de cabeças. O Gráfico 3 ilustra a produção animal, cujos dados são encontrados na Tabela A.2 do **Apêndice**.

Gráfico 3

Produção animal da agricultura familiar, segundo as variáveis selecionadas, no Rio Grande do Sul — 2006



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

1.3 A relação com a terra, a mão de obra ocupada e suas características

Nesse último ano censitário, havia, no Rio Grande do Sul, 317.963 agricultores familiares com acesso à terra na condição de proprietários e 60.583 em outras condições,

como pode ser observado na Tabela 3 (representavam 84,0% e 16,0% respectivamente do total de 378,5 mil estabelecimentos familiares). Dentre os não proprietários, 6,5 mil enquadravam-se na categoria “assentados sem titulação definitiva” e, com acesso temporário ou precário às terras, havia 21,5 mil arrendatários, 8,4 mil parceiros e 17,9 mil ocupantes. Foram contabilizados 6,2 mil agricultores familiares sem terras.

Tabela 3

Condição do produtor em relação às terras na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	PROPRIETÁRIO		ASSENTADO SEM TITULAÇÃO DEFINITIVA		ARRENDATÁRIO	
	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
TOTAL	370 827	18 125 190	7 029	153 542	26 715	1 453 932
Agricultura familiar (Lei 11.326)	317 963	5 454 800	6 557	127 662	21 477	336 786
Agricultura não familiar	52 864	12 670 390	472	25 880	5 238	1 117 146

DISCRIMINAÇÃO	PARCEIRO		OCUPANTE		PRODUTOR SEM ÁREA
	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos
TOTAL	9 525	212 660	20 514	254 165	6 857
Agricultura familiar (Lei 11.326)	8 408	88 785	17 885	163 589	6 256
Agricultura não familiar	1 117	123 875	2 629	90 576	601

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Observa-se que a área média da agricultura familiar gaúcha era de 16,3ha (conforme dados da Tabela A.1 do Apêndice), mas, se for considerada só a área dos proprietários das terras, a média situou-se em 17,2ha⁵. As terras arrendadas tinham, em média, 15,7ha, e os menores estabelecimentos eram aqueles dos ocupantes, com a média de 9,1ha de área.

A Tabela 4 apresenta os produtores na direção dos estabelecimentos. Havia 36,4 mil mulheres dirigentes na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, equivalente a 9,6% do total de dirigentes familiares (percentagem menor que a do Brasil, situada em 13,7%). Os dirigentes de ambos os sexos, com mais de 10 anos de experiência na condução dos trabalhos, atingiram um percentual de 71,6% do total dos dirigentes familiares, e aqueles com menos de cinco anos, 13,1%. O ingresso de novos produtores na direção dos trabalhos (há menos de um ano) representou 1,7% do total de produtores.

A agricultura familiar gaúcha ocupou 992 mil pessoas em 2006. Esse dado representou 9,4% da população total estimada para o Rio Grande do Sul e 17,3% do total da população estadual ocupada nesse mesmo ano⁶. Visto que havia 378,5 mil estabelecimentos familiares, a média de pessoas ocupadas era de 2,4 por estabelecimento. Pode-se observar, na Tabela 4, que, do total de pessoas ocupadas na agropecuária gaúcha e maiores de 14 anos, 926,7 mil, ou seja, 80,5%, se situavam em estabelecimentos familiares, e que quase 40% desse

⁵ Na agricultura não familiar, a área média era de 222,9ha, e a área média dos proprietários era de 239,7ha.

⁶ A população total estimada pela FEE era de 10,5 milhões de habitantes. Segundo o IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as pessoas ocupadas de 10 anos ou mais idade, no Rio Grande do Sul, totalizavam 5.741 milhões no ano de 2006. Em 2010, a população rural, segundo o Censo Demográfico do IBGE, era de 1.593.291 pessoas.

contingente de trabalhadores eram mulheres (por volta de 370 mil). Registra-se que em torno de 65 mil pessoas (aproximadamente 35 mil homens e 30 mil mulheres) tinham menos de 14 anos.

Tabela 4

Número de produtores na direção do trabalho no estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	HOMENS				MULHERES			
	Menos de 1 Ano	De 1 a Menos de 5 Anos	De 5 a Menos de 10 Anos	De 10 Anos e Mais	Menos de 1 Ano	De 1 a Menos de 5 Anos	De 5 a Menos de 10 Anos	De 10 Anos e Mais
Total	6 947	53 787	55 690	284 207	868	5 331	5 548	29 089
Agricultura familiar (Lei 11.326)	5 763	44 861	46 785	244 681	764	4 654	4 839	26 199
Não familiar	1 184	8 926	8 905	39 526	104	677	709	2 890

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Cruzando-se os dados da Tabela 5 com os da Tabela 6 — a qual revela as principais características do pessoal ocupado no estabelecimento com laços de parentesco com o produtor —, pode-se constatar que 56,4 mil pessoas com 14 anos ou mais trabalhavam sem nenhum laço de parentesco com o produtor familiar. Em contrapartida, considerando-se todo o contingente de pessoal ocupado na agricultura familiar (isto é, incluindo-se os menores de 14 anos), 94,3% (935,4 mil) declararam laços de parentescos com o produtor.

Tabela 5

Distribuição do pessoal ocupado nos estabelecimentos em 31 de dezembro, total e por idade e sexo, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL			
	Número		Percentual	
	Total	De 14 anos e mais	Total do Estado	De 14 anos e mais
TOTAL	1 231 820	1 157 542	100,0	100,0
Agricultura familiar (Lei 11.326)	992 088	926 715	80,5	80,1
Agricultura não familiar	239 732	230 827	19,5	19,9

DISCRIMINAÇÃO	SEXO							
	Homens				Mulheres			
	Número		Percentual		Número		Percentual	
	Total	De 14 Anos e Mais	Total	De 14 Anos e Mais	Total	De 14 Anos e Mais	Total	De 14 Anos e Mais
TOTAL	770 911	730 661	100,0	100,0	460 909	426 881	100,0	100,0
Agricultura familiar (Lei 11.326)	592 059	556 786	76,8	76,2	400 029	369 929	86,8	86,7
Agricultura não familiar	178 852	173 875	23,2	23,8	60 880	56 952	13,2	13,3

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

NOTA: Inclusive produtores.

Segundo a Tabela 6, residiam no estabelecimento agrícola pouco mais de 89,2% do pessoal ocupado que tinha parentesco com o produtor e, dentre aqueles de 14 anos e mais, 82,5% declararam saber ler e escrever. Isso indica que havia 107,3 mil pessoas analfabetas

nessa faixa etária (ou seja, equivalente a 17,5%; para o Brasil, essa percentagem era de 36%). Possuíam qualificação profissional 36,9 mil agricultores familiares (4,0%), e 15,7 mil dedicavam-se às atividades não agropecuárias (1,7%). Pouco mais de 42 mil (4,5 %) eram assalariados.

Tabela 6

Distribuição do pessoal ocupado nos estabelecimentos, em 31 de dezembro, com laço de parentesco com o produtor, por idade e principais características, em relação ao total de ocupados, na agricultura familiar, definida pela Lei 11.326, do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	PESSOAL OCUPADO COM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR EM 31.12		PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS			
			Residem no Estabelecimento		Sabiam Ler e Escrever	
	Total	De 14 Anos e Mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	935 434	870 311	834 082	771 694	806 779	762 692
Porcentagem	100,0	93,0	89,2	82,5	86,2	81,6

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS					
	Recebiam Salário		Tinham Qualificação Profissional		Trabalhavam Somente em Atividade Não Agropecuária	
	Total	De 14 Anos e Mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	42 154	41 937	36 988	36 853	16 289	15 702
Porcentagem	4,5	4,5	4,0	3,9	1,7	1,7

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

NOTA: Inclusive produtores.

1.4 As receitas, as rendas, o valor da produção e os financiamentos

O IBGE aponta o valor global de R\$ 13,9 bilhões provenientes de receitas da atividade agropecuária do Estado em 2006. A Tabela 7 expõe as receitas, por tipo, obtidas pelos estabelecimentos familiares, e nela se pode constatar que foram procedentes da agricultura familiar R\$ 6,9 bilhões. Isso equivale dizer que, a cada R\$ 100,00 gerados pela agropecuária estadual, R\$ 49,60 advêm da agricultura familiar.

Considerando-se o número total de estabelecimentos familiares (apontado na Tabela A.1 do **Apêndice**), constata-se que, no ano de 2006, por volta de 65,7 mil explorações agrícolas familiares gaúchas não obtiveram receita. Entretanto, aquelas que, ao contrário, lograram alguma receita representaram mais de 82,6% do total das explorações familiares gaúchas. Para esse conjunto dos agricultores familiares que declarou receita com a venda da produção, a média anual alcançada foi de R\$ 22 mil (ou R\$ 1.836,54 mensais).

Pode-se constatar que a maior parte dessa receita teve origem, em primeiro lugar, na venda dos produtos vegetais e, em segundo lugar, na venda dos produtos animais, em proporções de 64,4% e 20% respectivamente.

Dentre as demais fontes apuradas de receitas, destacaram-se aquelas vinculadas às empresas integradoras. Figuraram 9,8 mil produtores integrados, responsáveis pela parcela de 13,6% da renda gerada pela agricultura familiar.

Já, as outras fontes de receitas agrícolas arroladas (vendas de animais criados em cativeiro, de húmus e de esterco, turismo rural, exploração mineral, prestação de serviços de beneficiamento e ou transformação de produtos agropecuários para terceiros, artesanato) não foram significativas, salvo os produtos da agroindústria, com participação de 1,4% no total das receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 7

Receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano, por tipo, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

VENDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR (Lei 11.326)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	RECEITAS	
		Valor (R\$ 1 000)	%
Total da agricultura familiar	312 854	6 894 814	100,0
Produtos vegetais	231 903	4 437 791	64,4
Animais e seus produtos	201 872	1 380 233	20,0
Animais criados em cativeiro (jacaré, escargô, capivara e outros)	634	3 455	0,1
Húmus	66	256	0,0
Esterco	1 753	4 589	0,1
Atividades de turismo rural no estabelecimento	274	1 742	0,0
Exploração mineral	646	5 375	0,1
Produtos da agroindústria	30 255	95 664	1,4
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros	3 225	18 462	0,3
Prestação de serviços para empresa integradora	9 832	936 297	13,6
Outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	2 946	10 950	0,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Além das receitas derivadas da venda dos produtos, o IBGE informa os tipos de rendas obtidas pelo produtor no ano de 2006. A Tabela 8 indica mais de 172 mil estabelecimentos agropecuários familiares com rendas diversas, cujo valor total aproximou-se de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, eles representavam apenas 45,5% do total dos estabelecimentos familiares gaúchos.

Tabela 8

Rendas obtidas pelo produtor no ano, por tipo, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

RENDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR (Lei 11.326)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO TOTAL DO RS (%)	VALOR (R\$ 1 000,00)	VALOR MÉDIO MENSAL (R\$)
Total da agricultura familiar	172 275	45,5	1 170 567	566,23
Recursos de aposentadorias ou pensões	121 869	32,2	841 055	575,11
Salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento	37 502	9,9	264 321	587,35
Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos	1 672	0,4	5 285	263,40
Receitas provenientes de programas especiais dos Governos Federal, Estadual ou Municipal	29 741	7,9	29 560	82,83
Desinvestimentos	2 967	0,8	28 770	808,06
Pescado (capturado)	655	0,2	1 576	200,47

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A renda mais significativa decorreu de aposentadorias e pensões. Nessa categoria, foram contabilizados 121,9 mil produtores (ou 32,2% do total dos agricultores familiares), que receberam, em média, R\$ 575,11 mensais. Uma parcela de 7,9% do total dos produtores familiares foi beneficiada por programas especiais dos governos federal, estadual ou municipal (com uma média mensal de R\$ 82,83). Os recursos desses programas somados aos das aposentadorias e pensões alcançaram R\$ 870,6 milhões destinados aos produtores familiares. O IBGE faz uma observação importante: nesses valores, não estão incluídos aqueles recebidos pelos demais membros da família do produtor responsável pelo estabelecimento.

O número de estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento pode ser visto na Tabela 9, por tipo de atividade. Em 20 de cada 100 estabelecimentos familiares existentes no Rio Grande do Sul em 2006, os produtores informaram ter atividades fora de suas unidades de produção, exercendo ou trabalhos agropecuários (8,5 %), ou trabalhos não agropecuários (11,3%), ou, ainda, ambos, sendo que, neste último caso, eles representavam menos de 0,5%.

Registra-se que declararam ter recebido salários por atividades exercidas fora do estabelecimento familiar 37,5 mil agricultores, com salário médio mensal de R\$ 587,35, conforme aponta a Tabela 8.

Tabela 9

Total de estabelecimentos familiares, estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento e distribuição percentual, por tipo de atividade, na agricultura familiar, do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS EM QUE O PRODUTOR DECLAROU TER ATIVIDADE FORA DO ESTABELECIMENTO			
		Número de Estabelecimentos	Tipo de Atividade		
			Agropecuária	Não agropecuária	Agropecuária e não agropecuária
Agricultura familiar (Lei 11.326)	378 546	76 373	82 118	42 679	1 576
Porcentagem	100	20,2	8,5	11,3	0,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O IBGE realizou, também, o levantamento do valor de toda produção para cada estabelecimento agropecuário. Nesse quesito, 4,6% dos produtores familiares gaúchos declararam não ter logrado valor nenhum.

Observando-se o Valor Bruto da Produção da totalidade dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul, na Tabela 10, pode-se constatar que a participação da agricultura familiar foi de 54% no ano de 2006, com destaque para o valor da produção vegetal, que alcançou 6,1 milhões de reais, e da produção animal, com R\$ 2,7 milhões.

Em termos monetários, o valor médio anual da produção dos estabelecimentos familiares chegou a, praticamente, R\$ 25 mil *versus* R\$ 130,8 mil da lavoura não familiar, na qual se destacaram as lavouras temporárias. Mas, diferindo desta última, foi na produção da lavoura permanente que os produtores familiares gaúchos chegaram aos maiores valores

médios (R\$ 17,7 mil). Seguem em importância os valores médios das produções da lavoura temporária (R\$ 15 mil), da silvicultura (R\$11 mil) e da floricultura (R\$ 10,6 mil). Registra-se que, na horticultura, ocorreu a produção de menor valor médio no ano (R\$ 1,10 mil). Quanto à produção animal, as médias dos valores alcançados pela agricultura familiar situaram-se em R\$ 5,3 mil para os animais de grande porte e em R\$ 4,4 mil para os de médio porte, bem mais baixas, portanto, daquelas predominantes na produção vegetal.

Tabela 10

Valor da produção dos estabelecimentos no ano, pro tipo de produção, valor médio e participação percentual, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECEMENTOS		VALOR (R\$ 1.000,00)		VALOR MÉDIO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALOR TOTAL (%)
	Total	Agricultura Familiar (Lei 11.326)	Total	Agricultura Familiar (Lei 11.326)		
TOTAL	419 934	361 264	16 693 595	9 021 694	24,973	54,0
Animal	347 881	300 817	4 078 756	2 707 727	9,001	66,4
De grande porte ...	271 094	234 858	1 612 283	1 259 852	5,364	78,1
De médio porte	203 244	174 466	1 329 677	777 235	4,455	58,5
Aves	278 393	247 690	1 084 769	633 426	2,557	58,4
Pequenos animais	59 078	51 012	52 027	37 214	0,730	71,5
Vegetal/lavouras .	388 459	338 772	12 355 798	6 118 435	18,061	49,5
Permanente	42 303	37 134	997 669	660 819	17,796	66,2
Temporária	344 105	302 616	9 759 544	4 539 752	15,002	46,5
Horticultura	274 270	243 507	334 310	268 867	1,104	80,4
Floricultura	1 307	984	52 778	10 678	10,852	20,2
Silvicultura	56 731	50 151	1 113 064	553 810	11,043	49,8
Extração vegetal	33 792	30 054	98 433	84 508	2,812	85,9
Valor agregado da agroindústria	92 268	82 220	259 041	195 532	2,378	75,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O Censo informa que mais de 216 mil estabelecimentos familiares não obtiveram financiamento, por motivos diversos, mas a maioria (158,3 mil) declarou que não precisou, como pode ser visto na Tabela A.2 do **Anexo**. A relação dos que não obtiveram financiamento com o total dos estabelecimentos familiares gaúchos (situado em 378,5 mil, como já informado na Tabela A.1 do **Apêndice**) equivale a 57,1%.

Em relação aos valores financiados, não há informações disponíveis. Dentre as quatro finalidades especificadas pelo Censo (Tabela A.3 do **Anexo**), figura, em primeiro lugar, o número de estabelecimentos que demandaram crédito para custeio (143 mil estabelecimentos) e, em segundo lugar, os que solicitaram para investimentos (30 mil estabelecimentos). Em números bem menores, encontram-se as demandas de financiamento para manutenção do estabelecimento (3,7 mil estabelecimentos) e para comercialização (374 estabelecimentos).

Resumindo-se, os números indicam que a agricultura familiar gaúcha abriga alto contingente de agricultores (85,7% do total dos agricultores atuantes no Estado) e expressiva ocupação da mão de obra, quase um milhão de pessoas, (ou 9,4% da população estadual estimada e 17,3 % do total da população ocupada em 2006) e, segundo os dados do IBGE, o papel dessa agricultura é estratégico para a oferta de alimentos (57,2% da produção dos quatro principais grãos, entre outras produções vegetais; 84,7% da produção de leite; 36,3% do

rebanho bovino; 80,2% do plantel de aves e 70,3% do plantel de suínos), e para geração de receitas (49,6% da receita gerada na agropecuária gaúcha). Desse modo, observa-se que esses resultados estatísticos vão ao encontro do que tem sido assinalado pela literatura gaúcha sobre a importante função social e econômica exercida pela agricultura familiar.

2 O que os dados não dizem

A análise dos indicadores publicados pelo IBGE viabiliza que se avaliem as possibilidades de usá-los como quadro de referência na identificação das políticas governamentais específicas.

Em primeiro lugar, é lógico presumir que as ações de apoio à agricultura familiar, inauguradas pelo Governo Federal em 1996, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estejam exercendo um papel no desempenho econômico dos produtores familiares gaúchos, apontado pelos dados acima, e que os efeitos dessa política de apoio tenham repercussão no contexto socioeconômico do Estado.

Contudo a realização de tais estudos requer certas qualidades das estatísticas oficiais⁷. Especialmente, quando se trata de analisar os efeitos das ações executadas sobre a dinâmica dos agricultores familiares, são necessárias informações estatísticas melhor especificadas, devido à grande diversidade existente no interior da agricultura familiar. Uma maneira de se chegar a esse conhecimento demandaria, primeiramente, uma clara identificação do agricultor familiar. Esse procedimento pode ser viabilizado através do acesso aos dados individualizados dos estabelecimentos familiares levantados pelo IBGE (microdados).

A heterogeneidade da agricultura familiar é um assunto recorrente na literatura especializada. Chonchol (2008), por exemplo, ao abordar a agricultura familiar na América Latina, aponta um elenco de elementos dessa diferenciação, dentre os quais são destacados alguns a seguir, por se presumir que refletem a realidade gaúcha:

- a) terras disponíveis com dimensões diversas, inclusive ocorrência de minifúndios;
- b) terras muito desiguais, com solos de boa ou má qualidade, relevos planos ou montanhosos, de fácil ou difícil acesso, etc.;
- c) disparidades na capacidade de ocupação da mão de obra familiar e de satisfação das necessidades básicas do grupo familiar;
- d) diferentes situações jurídicas em relação à posse da terra (proprietários, arrendatários, posseiros, ocupantes, etc.);
- e) distintos padrões tecnológicos (alguns total ou parcialmente mecanizados, outros trabalhando com técnicas tradicionais, com trabalho manual e tração animal);

⁷ Supõe-se que dados como os examinados neste texto, que giram em torno da caracterização e do tamanho do público-alvo, possam servir, apenas, em análises de caráter geral, com uma perspectiva de comparação, como, por exemplo, estudos sobre o alcance do montante real dos repasses institucionais face ao universo dos agricultores familiares ou sobre os efeitos que tais recursos podem causar em determinados setores.

- f) graus diferenciados de integração aos mercados (agricultores total ou parcialmente integrados frequentemente com a agroindústria e os que só logram produzir para o autoconsumo);
- g) capacidade de reprodução desigual das unidades de produção (alguns alcançam desenvolvimento, outros se reproduzem na mesma escala de produção, e há os que se encontram em vias de desaparecimento).

Soma-se a essa complexidade outro fator apontado pelos analistas do caso brasileiro (Mattei, 2005; 2006; Schneider, 2009; entre outros). Trata-se da tendência observada na principal linha da ação governamental, o Pronaf, de estar direcionado aos grupos mais capitalizados da agricultura familiar, com o claro propósito de integrá-los ao mercado, em detrimento dos grupos mais pobres. Tendência esta, diga-se de passagem, aliada aos interesses do sistema financeiro.

Em razão disso, julga-se que a análise das políticas públicas em prol da agricultura familiar requer uma metodologia de trabalho que leve em conta as diferenças apontadas e viabilize a estratificação dos agricultores.

Como passo seguinte na condução de uma investigação sobre o efeito das ações governamentais na agricultura familiar, sugere-se a articulação dos dados individualizados com as informações estatísticas das políticas implementadas e diferenciadas por categoria de beneficiários. Tomando-se o caso do Rio Grande do Sul, acima comentado, é provável que se encontrem no grupo dos beneficiados os principais responsáveis pelo desempenho econômico favorável revelado pelo IBGE.

De forma complementar, esse procedimento levaria ao conhecimento daqueles agricultores que não estão adaptados ao modelo de desenvolvimento atualmente induzido pelas políticas agrícolas e candidatos a outros tipos de ações públicas. Nessa situação, é possível que se encontrem 16% dos agricultores familiares gaúchos, que, segundo o IBGE, tinham acesso temporário, precário ou mesmo nenhum acesso à terra, ou 18% dos agricultores, que não conseguiram obter receita com a venda da produção.

Assim, abre-se a possibilidade de estudos com dados desagregados, que situem as políticas públicas e permitam a avaliação de seus efeitos no contexto socioeconômico.

Referências

CHONCHOL, Jacques. Globalización, pobreza y agricultura familiar. **RURIS**, Campinas, v. 2 n. 1, p. 184-196, 2008.

FLORIDO, Antonio Carlos S. **Breve histórico dos Censos Agropecuários**, s. d. 33p. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; SILVEIRA, Fernando G. et al. **Agricultura familiar: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005 (NEAD, Estudos; 9).

GRANDO, Marinês Zandavali; MERTZ Marli M. De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência. In: CONCEIÇÃO A. C. et al.(Org.), **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010, p. 103-130. (Três décadas de economia gaúcha).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 2006, **Agricultura Familiar, primeiros resultados**, Rio de Janeiro, 2009.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005 (NEAD Estudos; 11). Disponível em: <www.nead.org.br>.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. (NEAD, Estudos; 12). Disponível em: <www.nead.org.br>.

SCHNEIDER, Sergio et al. Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Org.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 21-49.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. et al. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

Apêndice

Tabela A.1

Estabelecimentos e área da agricultura familiar, definida pela Lei 11.326, participação percentual, área média dos estabelecimentos e participação no total da área agrícola, por regiões e unidades da Federação, no Brasil — 2006

REGIÕES E ESTADOS	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	
	Número de Estabelecimentos	Área (ha)	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
BRASIL	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940
Região Norte	413 101	16 647 328	62 674	38 139 968
Rondônia	75 251	3 302 769	11 826	5 026 364
Acre	25 187	1 494 424	4 295	1 996 859
Amazonas	61 843	1 477 045	4 941	2 157 265
Roraima	8 908	637 963	1 402	1 061 871
Pará	196 150	6 909 156	25 878	15 556 870
Amapá	2 863	130 770	664	743 018
Tocantins	42 899	2 695 201	13 668	11 597 721
Região Nordeste	2 187 295	28 332 599	266 711	47 261 842
Maranhão	262 089	4 519 305	24 948	8 472 143
Piauí	220 757	3 761 306	24 621	5 745 291
Ceará	341 510	3 492 848	39 504	4 429 366
Rio Grande do Norte	71 210	1 046 131	11 842	2 141 771
Paraíba	148 077	1 596 273	19 195	2 186 605
Pernambuco	275 740	2 567 070	29 048	2 866 999
Alagoas	111 751	682 616	11 580	1 425 745
Sergipe	90 330	711 488	10 276	768 925
Bahia	665 831	9 955 563	95 697	19 224 996
Região Sudeste	699 978	12 789 019	222 071	41 447 150
Minas Gerais	437 415	8 845 883	114 202	23 801 664
Espírito Santo	67 403	966 797	16 953	1 871 381
Rio de Janeiro	44 145	470 221	14 337	1 578 752
São Paulo	151 015	2 506 118	76 579	14 195 353
Região Sul	849 997	13 066 591	156 184	28 459 566
Paraná	302 907	4 249 882	68 144	11 036 652
Santa Catarina	168 544	2 645 088	25 119	3 395 047
Rio Grande do Sul	378 546	6 171 622	62 921	14 027 867
Região Centro-Oeste	217 531	9 414 915	99 947	94 382 413
Mato Grosso do Sul	41 104	1 190 206	23 758	28 866 741
Mato Grosso	86 167	4 884 212	26 811	42 921 302
Goiás	88 436	3 329 630	47 247	22 353 918
Distrito Federal	1 824	10 867	2 131	240 453

(continua)

Tabela A.1

Estabelecimentos e área da agricultura familiar, definida pela Lei 11.326, participação percentual, área média dos estabelecimentos e participação no total da área agrícola, por regiões e unidades da Federação, no Brasil — 2006

REGIÕES E ESTADOS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR	PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TOTAL DA ÁREA AGRÍCOLA (%)
	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar			
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área		
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	18,4	24,3
Região Norte	9,5	20,7	7,8	15,3	40,3	30,4
Rondônia	1,7	4,1	1,5	2,0	43,9	39,7
Acre	0,6	1,9	0,5	0,8	59,3	42,8
Amazonas	1,4	1,8	0,6	0,9	23,9	40,6
Roraima	0,2	0,8	0,2	0,4	71,6	37,5
Pará	4,5	8,6	3,2	6,2	35,2	30,8
Amapá	0,1	0,2	0,1	0,3	45,7	15,0
Tocantins	1,0	3,4	1,7	4,6	62,8	18,9
Região Nordeste	50,1	35,3	33,0	18,9	13,0	37,5
Maranhão	6,0	5,6	3,1	3,4	17,2	34,8
Piauí	5,1	4,7	3,0	2,3	17,0	39,6
Ceará	7,8	4,4	4,9	1,8	10,2	44,1
Rio Grande do Norte	1,6	1,3	1,5	0,9	14,7	32,8
Paraíba	3,4	2,0	2,4	0,9	10,8	42,2
Pernambuco	6,3	3,2	3,6	1,1	9,3	47,2
Alagoas	2,6	0,9	1,4	0,6	6,1	32,4
Sergipe	2,1	0,9	1,3	0,3	7,9	48,1
Bahia	15,2	12,4	11,8	7,7	15,0	34,1
Região Sudeste	16,0	15,9	27,5	16,6	18,3	23,6
Minas Gerais	10,0	11,0	14,1	9,5	20,2	27,1
Espírito Santo	1,5	1,2	2,1	0,7	14,3	34,1
Rio de Janeiro	1,0	0,6	1,8	0,6	10,7	22,9
São Paulo	3,5	3,1	9,5	5,7	16,6	15,0
Região Sul	19,5	16,3	19,3	11,4	15,4	31,5
Paraná	6,9	5,3	8,4	4,4	14,0	27,8
Santa Catarina	3,9	3,3	3,1	1,4	15,7	43,8
Rio Grande do Sul	8,7	7,7	7,8	5,6	16,3	30,6
Região Centro-Oeste	5,0	11,7	12,4	37,8	43,3	9,1
Mato Grosso do Sul	0,9	1,5	2,9	11,6	29,0	4,0
Mato Grosso	2,0	6,1	3,3	17,2	56,7	10,2
Goiás	2,0	4,1	5,9	9,0	37,7	13,0
Distrito Federal	0,0	0,0	0,3	0,1	6,0	4,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela A.2

Quantidade produzida de produtos selecionados nas agricultura familiar e não familiar do Rio Grande do Sul — 2006

PRODUTOS SELECIONADOS	AGRICULTURA FAMILIAR (Lei 11.326)	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	TOTAL	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TOTAL
Produção vegetal				
Arroz em casca (kg)	575 435 329	4 821 221 897	5 396 657 226	10,7
Feijões (kg)	106 622 416	20 043 686	126 666 102	84,2
Mandioca (kg)	539 751 753	46 767 205	586 518 958	92,0
Milho em grão (kg)	3 480 534 741	1 753 775 829	5 234 310 570	66,5
Soja (kg)	2 663 493 931	4 802 161 365	7 465 655 296	35,7
Trigo (kg)	240 684 137	799 704 230	1 040 388 367	23,1
Café arábica em grão (verde) (kg)	8 145	10	8 155	99,9
Café canephora (robusta, canilon) em grão (verde) (kg)	120	0	120	100,0
Pecuária				
Bovinos (1)	4 063 020	7 121 228	11 184 248	36,3
Leite de vaca (litros)	2 079 863 338	375 747 938	2 455 611 276	84,7
Leite de cabra (litros)	358 210	277 741	635 951	56,3
Aves (1)	113 508 631	27 981 483	141 490 114	80,2
Suínos (1)	3 942 427	1 669 004	5 611 431	70,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

(1) Número de cabeças em 31 de dezembro.

Anexo

Tabela A.1

Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo, na agricultura familiar no Rio Grande do Sul — 2006

Agricultura familiar	Outras receitas obtidas pelo produtor no ano, por tipo													
	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Recursos de aposentadorias ou pensões		Salários obtidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento		Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos		Receitas provenientes de programas especiais dos governos (Federal, Estadual ou Municipal)		Desinvestimentos		Pescado (capturado)	
			Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)	Estabelecimentos	Valor (1 000 R\$)
Total	204 502	1 795 604	134 443	952 813	60 985	735 256	1 962	7 693	32 154	34 850	3 601	63 172	745	1 819
Agricultura familiar - Lei 11. 326	172 275	1 170 567	121 869	841 055	37 502	264 321	1 672	5 285	29 741	29 560	2 967	28 770	655	1 576
Não familiar	32 227	625 037	12 574	111 758	23 483	470 935	290	2 408	2 413	5 290	634	34 402	90	244

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela A.2

Estabelecimentos que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Total	257.317	3.101	1.288	14.279	3.127	29.122	16.870	189.530
Agricultura familiar - Lei 11. 326	216.342	2.693	1.116	11.755	2.652	25.510	14.300	158.316
Não familiar	40.975	408	172	2.524	475	3.612	2.570	31.214

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela A.3

Estabelecimentos que obtiveram financiamento, por finalidade, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul — 2006

Agricultura familiar	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
	Por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Total	34.459	162.013	602	4.525
Agricultura familiar - Lei 11. 326	30.070	143.067	374	3.770
Não familiar	4.389	18.946	228	755

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.